



SINOPSE SINTIUS

Informativo diário do Sindicato dos Urbanitários

05/12/2023

Disponível em nosso site: <https://sintius.org.br>



Votação da privatização da Sabesp começa com vaia e acusações

Após cinco horas de discussões, deputados estaduais paulistas encerraram na noite desta segunda-feira (4) o primeiro dia de debates no plenário da Assembleia Legislativa sobre a privatização da Sabesp sem votar a desestatização da companhia de saneamento de SP. As discussões devem ser retomadas nesta terça-feira (5), a partir das 19h.

Durante quase todo o tempo das duas sessões convocadas para o dia, apenas parlamentares da oposição ao projeto do governo Tarcísio de Freitas (Republicanos) falaram no plenário, tentando adiar ao máximo a votação da venda da empresa.

Eles acusaram, entre outras coisas, o governo de prometer aumentar para R\$ 20 milhões a liberação de emendas para os parlamentares que votarem a favor da privatização da empresa —o que a base nega.

Deputados governistas tentam aprovar o projeto até quarta-feira (6), mas a oposição tentará arrastar os debates até a próxima semana.

Para isso, evitaram marcar presença nas sessões de modo a tentar forçar um cancelamento por falta de quórum e apresentaram questões de ordem, usando as ferramentas previstas no regimento da Casa.

A plateia em clima de torcida se dividiu entre manifestantes contrários e favoráveis à venda da empresa, que empunhavam faixas, de um lado, com os dizeres "Privatiza já" e, do outro, "Defenda a Sabesp", aos moldes do que ocorreu na única audiência pública com a presença do governo. Com gritos e provocações, o presidente da Casa, André do Prado (PL), afirmou que pode impedir a presença do público nas sessões seguintes.

A proposta enviada pelo governo para apreciação dos deputados autoriza que o estado tenha uma participação na companhia menor do que os atuais 50,3% —o governo fala em algo entre 15% e 30%, mas ainda não definiu qual será a participação, o que é objeto de crítica dos parlamentares da oposição.

Parlamentares da esquerda criticam o fato de que não há previsão de quanto o governo deve arrecadar com a venda da empresa (já que não foi definida a participação estatal na companhia) nem quanto a tarifa deverá cair após a venda, um dos principais argumentos da gestão Tarcísio.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, terça-feira 05 de dezembro.

Dívida consome mais da metade dos ganhos de 26% das famílias de SP

Pesquisa da FecomercioSP revela que, em novembro, 26% das famílias paulistanas gastaram mais da metade de sua renda com o pagamento de dívidas. No mesmo período do ano passado, foram 19,4%.

O cenário vem se agravando. Segundo a entidade, os brasileiros endividados empenharam, na média, 31,7% de seus rendimentos mensais em novembro. No mês anterior, esse índice foi de 31,5%.

De acordo com Guilherme Dietz, economista da FecomercioSP, o cenário é reflexo das dívidas contraídas por causa de financiamento de imóveis ou veículos, por exemplo.

Ele afirma que os financiamentos foram impulsionados durante o período em que a Selic registrou uma baixa histórica. Mesmo com a taxa de juros em um patamar mais elevado, atualmente em 12,25%, o acesso ao crédito ainda está farto para as famílias, diz.

De acordo com a entidade, o número de famílias endividadas —que não estão necessariamente inadimplentes— foi de 67,5% em novembro, o que representa 2,7 milhões de lares.

Entre elas, 13,4% possuem contas relacionadas ao financiamento de imóveis. Esse percentual era de 10,8% no mesmo período do ano passado.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, terça-feira 05 de dezembro.

Economistas mudam tendência e esperam inflação mais alta em 2023 e 2024

Os economistas ouvidos pelo BC (Banco Central) mudaram a tendência e elevaram a previsão da inflação no Brasil para 2023 e 2024.

De acordo com o boletim Focus, divulgado nesta segunda-feira (4), o mercado subiu a expectativa do IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) deste ano para 4,54%, alta de 0,01 ponto percentual em relação à semana anterior.

A previsão reverte a tendência de diminuição do índice, que vinha sendo observada nas últimas três semanas. Os economistas também elevaram a previsão do IPCA do próximo ano de 3,91% para 3,92%. Para 2025 e 2026, houve manutenção da inflação em 3,5%.

Na semana passada, o IPCA-15 acelerou para 0,33% em novembro, um aumento acima das expectativas do mercado. Analistas consultados pela agência Bloomberg projetavam aumento de 0,29% no mês. O preço dos alimentos e da passagem aérea impulsionaram a alta.

O centro da meta oficial para a inflação em 2023 é de 3,25% e para 2024, 2025 e 2026 é de 3,00%, sempre com margem de tolerância de 1,5 ponto percentual para mais ou menos.

Além disso, o mercado segue reticente com a previsão do governo de déficit zero para o próximo ano. A gestão Lula vem buscando medidas para aumentar a arrecadação e obteve a aprovação no Senado da taxa para super-ricos e offshores, na última quarta-feira (29).

O boletim Focus também teve a queda na previsão do PIB (Produto Interno Bruto) para 2025, indo de 1,93% para 1,90%. A expectativa foi mantida em 2,84% para 2023, em 1,50% para 2024 e em 2% para 2026.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, terça-feira 05 de dezembro.

Juros do crédito consignado do INSS são reduzidos para 1,80% ao mês

O CNPS (Conselho Nacional do Previdência Social) aprovou nova queda na taxa de juros do crédito consignado do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) para 1,80% ao mês em reunião na tarde desta segunda-feira (4).

A taxa atual está em 1,84% ao mês para o empréstimo pessoal consignado. Para o cartão de crédito consignado e o cartão de benefício, os juros vão cair de 2,73% ao mês para 2,67%. Os novos percentuais começam a valer assim que for publicada normativa da Previdência.

A nova taxa é um pouco maior do que a sugerida pelo Ministério da Previdência Social em reunião do CNPS na semana passada, quando foi proposto teto de juros em 1,77% para o empréstimo e 2,62% para o cartão. A proposta foi aprovada por 14 votos a 1. O voto contrário foi do setor bancário.

O consignado é um crédito controlado pela Previdência Social, cuja taxa é definida pelo CNPS. O percentual determinado é um teto, ou seja, a instituição financeira pode cobrar menos, nunca juro maior.

Pelas regras atuais, o aposentado ou pensionista do INSS pode comprometer até 45% do benefício com o empréstimo. Desse total, 35% são para o empréstimo pessoal, 5% para o cartão de crédito e 5% para o cartão de benefício, criado em 2022.

Desde que assumiu a Previdência, o ministro Carlos Lupi tem proposto quedas nas taxas, o que desagradou o setor bancário a ponto de parar de oferecer o empréstimo a aposentados e pensionistas. A ideia de Lupi é diminuir os juros do consignado todas as vezes que a taxa básica de juros da economia, a Selic, cair.

As instituições financeiras discordam dessa política e dizem que não pode haver relação com a Selic para a diminuição dos juros. Esse impasse fez com que a redução fosse adiada para esta segunda, porque os conselheiros do CNPS queriam entender melhor como é composta e definida a taxa do consignado.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, terça-feira 05 de dezembro.